

ANCESTRALIDADE DA GUERRA E MACRO-HISTÓRIA: A DIALÉTICA ENTRE O CULTURAL E O ETOLÓGICO

Daniel Ribera Vainfas
(Instituto de Relações Internacionais e Defesa – UFRJ)

Daniel Barreiros
(Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional
Instituto de Economia – UFRJ)

Palavras-chaves: guerra, etologia, macro-história

Resumo

Parte da literatura consagrada sobre a guerra postula que ela esteja subordinada à política, conclusão epitomizada pelo pensamento de Clausewitz (de ser a primeira uma continuação da segunda, acrescida de outros meios). Entretanto, mesmo nessa literatura, encontramos noções alternativas; Keegan, por exemplo, sugere a existência de uma “cultura guerreira” comum a todos os povos de todos os tempos e de todos os lugares, que seria produtora em última instância dos conflitos entre sociedades. Nesse campo da “ancestralidade” da guerra, é fértil, ainda que insuficiente, a opinião de autores como Gray, que enfatizam a busca de “elementos históricos essenciais” que permitiriam vislumbrar um *continuum* intertemporal para o fenômeno. Desse modo, nesse trabalho sustentamos como hipótese que o postulado da perenidade da guerra somente pode ser defendido com base em um olhar que incorpore uma escala temporal macro-histórica (*da História Ampliada, ou “Big History”*), em que se considere as dimensões evolucionárias da violência intersocietária.

Introdução

A tese central de Keegan em *Uma história da guerra*, é a de que a guerra constitui um fenômeno cultural, o que seria diferente da proposta de Clausewitz, segundo a qual, a guerra seria a continuação da política. A partir dessa formulação, seria possível escapar da associação entre a guerra e a racionalidade (sobretudo a racionalidade estatal) e, assim, generalizar a guerra para toda a história humana.

O primeiro passo nesse debate consiste em elucidar os conceitos trabalhados e, ao fazê-lo, notamos que o conceito de cultura em Keegan traz algumas dificuldades teóricas. Essas dificuldades nos motivam a buscar outra conceituação apresentada por Keegan e nos aproximamos de sua abordagem acerca da natureza humana. Keegan (2006) reconhece simultaneamente a universalidade da guerra entre as sociedades humanas e a cultura guerreira

como sua causa original, convergindo, portanto, o elemento “cultural” com um padrão de comportamento comum à humanidade.

Keegan (2006, p.18) chega a relacionar diretamente a noção de cultura guerreira com um viés instintivo, propondo assim uma explicação atemporal para a guerra, que se diferenciaria da causa política, cujo escopo seria mais circunscrito, em oposição ao caráter transcivilizacional da “cultura guerreira”.

O objetivo teórico de Keegan é justamente se opor à formulação de Clausewitz sobre a guerra. Nesse ponto, Keegan (2006, p.18) ressalta que a tradução padrão para a definição clausewitziana é imprecisa, o ideal não seria postular a guerra como a continuação da política *por* outros meios, mas sim *com a participação de* outros meios. Assim, a guerra se constitui a partir de uma dualidade, de um lado a política e do outro um elemento indefinido, os *outros meios*.

Essa dualidade transcende o próprio problema e constitui a analogia da psique humana, que se organiza em pares dialógicos, como consciente e inconsciente. Nesse sentido, a guerra surge como fenômeno totalizante, posto que abraça os dois elementos antitéticos.

Keegan lida com esse dualismo trazendo a tensão para o conceito de “cultura militar”, que seria o *locus* por excelência onde ocorreria o “feitiço tribal” que traria urgências “ancestrais” diante das quais a civilização se dissolveria. (HERBERG-ROTHER, 2001, pp. 183-184)

O que chama a atenção nessa construção teórica é seu caráter contraditório, posto que os elementos que descrevem a “cultura militar” são, essencialmente, configurações psíquicas arcaicas comuns à toda a humanidade e que escapam às especificidades culturais. Assim, a “cultura guerreira” não é exatamente cultural, mas sim pré-cultural e precisa, portanto, anteceder a própria dimensão histórica do problema. Assim, para se opor à noção de política em Clausewitz, Keegan se lança em um campo explicativo naturalista para a violência intersocietária.

Se retornarmos a Clausewitz, veremos que a leitura feita por Keegan do termo *política* também apresenta alguns ruídos. Keegan tende a equiparar o termo alemão *Politik* com a palavra inglesa *policy*, excluindo uma segunda possível tradução (*politics*). *Policy* restringe o termo aos aspectos racionais, nos quais meios e fins são organizados e os fins são geralmente tidos como a melhora geral da humanidade. Por outro lado, *politics* retrata certo grau de conflito e irracionalidade, que escapa à leitura de Keegan. Nesse imbróglio linguístico, a

guerra pode ser violenta e perversa e manter seu *status* de política (BASSFORD, 1994, pp. 326-327).

A divergência entre Clausewitz e Keegan nos parece ter origem no fato de que os autores atribuem o mesmo nome a dois objetos diferentes, de modo que, superando a dificuldade linguística, nos restam duas colocações importantes. Em primeiro lugar, a cultura guerreira, entendida como fenômeno humanamente universal interage com a política, entendida como a organização da vida social como propõe Bassford (1994, p. 333). Em segundo, a cultura guerreira não traduz um fenômeno cultural específico, mas sim um padrão de comportamento humano anterior e fundamental a todas as culturas.

Essa noção de natureza humana, é trazida de volta por C.S. Gray que formula o “fio comum do fator humano”, definido por sua vez a partir de uma “proclividade ao combate” e de um “desejo de lutar” (GRAY, 1999, pp. 164; 176; 181). O interessante é que Gray busca defender a proposta teórica clausewitziana, argumentando que Clausewitz formula uma racionalidade estruturante que nos permite construir uma ponte teórica entre a natureza humana (geral e atemporal) e as guerras específicas (GRAY, 1999, p. 169). Essa hipótese não nos parece suficiente, posto que se baseia na noção de que a política, em suas várias dimensões, constitui uma argamassa suficiente forte para aglutinar pessoas para a guerra. Essa proposta encarna a ideia de que a política consiste em um dos mitos estruturantes da humanidade, como formula Harari (2015, p.36):

“Toda cooperação humana em grande escala – seja um Estado moderno, uma igreja medieval, uma cidade antiga ou uma tribo arcaica – se baseia em mitos partilhados que só existem na imaginação coletiva das pessoas. (...) Os Estados se baseiam em mitos nacionais partilhados. (...) Mas nenhuma dessas coisas existe fora das histórias que as pessoas inventam e contam umas às outras.”

Contudo, por mais que a política seja um dos mitos organizadores, existem outros. De modo que uma explicação verdadeiramente geral precisaria explorar a criação de mitos, mais do que um mito em particular. Para realizar essa tarefa, precisaremos tratar do arcabouço evolucionário humano, que incorpore as leituras de Keegan e Clausewitz sem torná-las absolutas. A partir de uma macro-história humana, a política racional clausewitziana pode dialogar com a cultura guerreira instintiva de Keegan, uma vez que encontramos no seu diálogo a própria imagem da cognição metarrepresentacional humana.

Keegan acerta ao postular que a guerra envolve certo grau de universalidade, como aponta a macro-história. Mesmo as sociedades pacíficas hoje demonstram algum grau de envolvimento bélico no passado, sendo que as sociedades afastadas da violência intersocietária são ou grupos extremamente isolados ou grupos extremamente fragilizados demográfica, política ou economicamente (KEELEY, 1996, pp. 31-32). Parece existir um elemento guerreiro comum a toda a humanidade que se materializa em representações ideológicas, ritualísticas, artísticas etc.

Contudo, não se pode deduzir disso que haja um impulso inato que cause a violência intersocietária organizada, essa hipótese não encontra respaldo suficiente na literatura evolucionária e usa a filosofia política dos séculos XVII-XVIII como principal base de apoio. A guerra aparece evolutivamente como um problema mais complexo.

O *ingroup* e a cognição prossocial

Em primeiro lugar, as bases cognitivas da violência coalizacional intersocietária representam antes os limites da sociabilidade instintiva do que um complexo comportamental próprio. Pelas evidências (ainda que limitadas, sobretudo por marcadores osteológicos de violência), esse tipo de violência parece se originar no último ancestral comum (UAC) entre humanos (*Homo sapiens*) e os chimpanzés comuns (*Pan troglodytes*).

Essa especificidade (uma vez que a guerra não se verifica em nenhum outro primata) está associada à própria estrutura social desenvolvida há seis milhões de anos entre os descendentes do UAC.

Na época de especiação do UAC havia duas formas de sociabilidade que se destacam como alternativas mais prováveis. Em primeiro lugar, a cooperação estável matrilinear de fêmeas acompanhada de machos não cooperativos que formavam grupos instáveis na periferia do grupo de fêmeas; em segundo lugar, a cooperação feminina dentro de grupos de dominância masculinos, situação na qual formavam-se os chamados haréns. Ambas as formas de organização refletem a primazia da fêmea na definição territorial, o que está associado à sua maior necessidade energética (em função da gestação e da lactação) (FOLEY, 2003, p. 220; NORDHAUSEN, OLIVEIRA Filho, 2015, p. 36).

Os machos entram no dilema territorial por uma via não cooperativa, disputando entre si as oportunidades reprodutivas o que exacerba o comportamento agonístico entre machos (indicado pela presença de caninos maiores, mais massa muscular e corporal entre machos

quando comparados às fêmeas). Nessas espécies são encontrados módulos mentais inatos dedicados exclusivamente à cognição social que atuam para mediar os conflitos nos grupos. Não obstante os módulos mais básicos continuem tendo influência significativa. (FOLEY, 2003, p. 223-224; WRANGHAM, PETERSON, 1996, p. 131).

Com a alteração das condições climáticas durante o Cenozoico (chegando a ponto crucial por volta de oito milhões de anos atrás), a África central e oriental passam por um processo de savanização que se caracteriza pela redução da concentração de oportunidades alimentares no território. Essa dispersão de recursos leva à dispersão populacional, o que faz com que a cooperação feminina se dissolva diante da necessidade de expandir a área de forrageamento. Simultaneamente, surge a sociabilidade cooperativa patrilinear, que constitui um tipo raro entre os primatas, sendo verificada apenas no chimpanzé comum, no ser humano e, provavelmente, no UAC (AURELI et al., 2008, pp. 629-630; FOLEY, 2008, p. 230).

As estratégias de sociabilidade adotadas até o momento eram incompatíveis com as condições climáticas e com a patrilinearidade. No limite, talvez a própria sociabilidade pudesse se tornar impossível diante do agravamento climático. Apesar disso, os traços sociais parecem já estar suficientemente enraizados para se perpetuarem mesmo nessas condições adversas (SHULTZ, OPIE, ATKINSON, 2011, p. 222; WRANGHAM, PETERSON, 1996, p. 128; 186).

Em particular, a sociedade harênica se torna impossível pelo grau de dispersão das populações; torna-se impossível para o macho vigiar e garantir sua exclusividade reprodutiva. Nesse contexto, a cooperação patrilinear surge como uma solução sub-ótima do ponto de vista genético, os machos aparentados estabelecem uma rede de cooperação para impedir que outros machos, de outras famílias acessem as fêmeas do grupo. Para isso, é necessário que as formas de regulação de conflito sejam suficientemente eficientes para controlar as agendas individuais dentro do grupo e evitar a violência interpessoal.

Essas formas de regulação de conflito estão associadas ao desenvolvimento da inteligência social específica, isto é, a constituição de um módulo mental diferente da inteligência geral (tentativa e erro) que permite ao indivíduo: 1- processar rapidamente informações relativas ao *status* dos membros do grupo; 2- criar hipóteses sobre comportamentos sociais e 3- usar essas hipóteses para elaborar estratégias de ascensão ou manutenção na hierarquia. Configura-se assim uma “etologia política” inata que rege o comportamento do UAC e se perpetua entre os chimpanzés comuns e os humanos. (AURELI et al., 2008, p. 632; MITHEN, 2002, p. 129-131; WRANGHAM, PETERSON, 1996, p. 128; 186).

Essa sociabilidade, verificada nos chimpanzés comuns e se supões vir desde o UAC, organiza um rito etológico dotado de alguns princípios elementares:

- a- Não há dominância estável, as relações de *status* são fluidas e se baseiam em alianças (mais intensas entre os machos), o que gera ampla mobilidade social.
- b- A mobilidade dentro da pirâmide é um jogo de soma positiva no longo prazo (*win-win*), mas é de soma nula no curto prazo, para todo chimpanzé que sobe, outro desce.
- c- Enfrentamento entre machos se dá por meio da formação de coalizões. A vitória de um determinado macho gera ganhos não-lineares, em termos de hierarquia, para todos os membros da coalizão vencedora.
- d- A disputa possui uma dimensão ritualística muito forte, o conflito surge justamente da negação em participar de rituais de submissão que seriam esperados dada a configuração hierárquica.
- e- Os resultados das disputas (que envolvem indiretamente quase todo o grupo) são alcançados a partir do estabelecimento de um “consenso”, isto é, a convergência do grupo em torno de um competidor.

O *outgroup* e o esgotamento da sociabilidade: violência intersocietária

Apesar de bem estruturada, a cognição social chimpanzé pode falhar, sobretudo quando o grupo atinge uma concentração demográfica que esgote a capacidade de processamento cerebral responsável por identificar a posição hierárquica dos demais membros do grupo. A solução nesse caso costuma ser a fissão do grupo, o que reduz o número de indivíduos a um valor que pode ser processado cognitivamente. (AIELLO, DUNBAR, 1993, pp. 184-185; AURELI et al., 2008, p. 637; FERGUSON, BEAVER, 2009, p. 291).

No que diz respeito às relações entre grupos, a configuração etológica difere significativamente. O chimpanzé que não pertence ao grupo não possui lugar na hierarquia, portanto, nenhum dos freios sociais que atuavam sobre os chimpanzés nas relações intragrupo tem espaço na cognição extragrupo. É nesse contexto que surgem as guerras entre chimpanzés, fenômenos sistemáticos que convergem para a eliminação física dos machos estrangeiros e na captura das fêmeas. Para isso são realizadas diversas incursões de grupos de machos (às vezes acompanhados de algumas poucas fêmeas) às áreas de forrageamento do grupo inimigo com o objetivo exclusivo de agredir o grupo em questão, configurando uma violência intersocietária, coalizacional intencional. (ROSCOE, 2007, pp. 485-486; WRANGHAM, PETERSON, 1996, pp. 6-7; 162-165).

A mobilização para a guerra tem início em um macho de elevada posição hierárquica, que incita os membros do grupo a formar bandos temporários para as incursões. Essa mobilização não possui qualquer caráter defensivo nem se origina de patrulhas no próprio território.

O grau de tensão e atenção aumentam conforme o bando adentra o território hostil, nesse momento, as ações associadas à manutenção de confiança mútua (toques e abraços) aumentam entre os chimpanzés agressores.

As agressões de fatos se caracterizam por uma forte assimetria entre os agressores e os defensores, atacar um inimigo isolado é a estratégia padrão, na ausência de uma vantagem numérica decisiva os ataques não são realizados.

A violência contra os machos do outro grupo é sempre letal, o chimpanzé do *outgroup* é processado cognitivamente como *presa*, não sendo compreendido como outro chimpanzé e sendo, algumas vezes, devorado pelos atacantes, esse é um processo nomeado como “deschimpização”, análogo à “desumanização” verificada entre os *Homo sapiens*. (ROSCOE, 2007; MITHEN, 2002) Por outro lado, a violência contra as fêmeas do *outgroup* tende a ser de intimidação e coação, cujo objetivo é a incorporação dessas fêmeas ao bando agressor.

O que torna possível a violência intersocietária praticada pelos chimpanzés é a cognição social, que permite reduzir os riscos (via assimetria de grupos) para os agressores. Entre os mamíferos, a violência letal é mais comum no nível interpessoal em casos de elevado grau de assimetria, sobretudo entre adultos e crianças (ROSCOE, 2007, pp. 485-486; WRANGHAM, PETERSON, 1996, pp. 6-7; 162-165). As coalizões masculinas permitem reduzir os riscos presentes no conflito entre machos adultos e maximizar os benefícios individuais da expansão territorial e das oportunidades reprodutivas via fêmeas abduzidas.

A cognição metarrepresentacional: consciência e inconsciência no debate Keegan e Clausewitz

Quando passamos a análise aos seres humanos modernos, precisamos agregar uma camada de complexidade, posto que a racionalidade e as elaborações culturais entram em cena. Contudo, esses elementos não surgem em substituição ao processo evolutivo, ao contrário, eles fazem parte do processo e, por isso, estão constantemente em diálogo com as camadas anteriores, mais profundas. (MITHEN, 2002; STEVENS, 2002).

O elemento-chave da mente humana é o módulo de metarrepresentação, que se caracteriza por projetar mentalmente um objeto em diversas inteligências especializadas distintas e,

simultaneamente, misturar essas projeções. Chimpanzés chegam a possuir consciência de si e dos outros no âmbito da inteligência social, porém não misturam isso com o conhecimento do mundo físico, de modo que não usam as ferramentas que produzem como forma de interferir nos relacionamentos sociais e subir degraus na hierarquia. Nesse sentido, os mundos natural e social são radicalmente separados. (MITHEN, 2002, p. 139).

É a capacidade humana para a “confusão criativa”, isto é, o uso (consciente ou não) de padrões de comportamento evolutivos arcaicos para finalidades diferentes das originais que reconfigura o debate entre Keegan e sua cultura guerreira e Clausewitz e a racionalidade da guerra e nos permite afirmar que não existe uma oposição real entre os dois pontos.

Keegan e Clausewitz teorizam sobre dois planos diferentes da cognição social humana, por exemplo, a questão da racionalidade (em oposição à irracionalidade) que aparece para os dois autores se dissolve na comparação com os chimpanzés comuns. A guerra humana é racional, como propõe Clausewitz, assim como a guerra chimpanzé também o é. O uso instrumental da violência coalizacional intersocietária obedece a uma lógica rígida: para os chimpanzés, a vitória eleva o *fitness* reprodutivo. No caso humano, essa relação pode ser flexibilizada, a ancestralidade da guerra não se manifesta pela preocupação com a reprodução masculina, mas sim pela evocação de símbolos que, por sua vez, estão enraizados em complexos etológicos muito profundos.

A guerra contemporânea envolve, sobretudo, a ativação de imagens simbólicas que organizam o mundo e tornam a violência factível ao elaborar *ingroups* (“o país”, “a religião”, “a civilização”) que se opõem a *outgroups* (“o outro país”, “os infiéis”, “os bárbaros”) ambos igualmente imaginários. Esse processo não ocorre no vácuo, mas sim assentado sobre a cognição metarrepresentacional e os complexos etológicos mais profundos, ambos fenômenos evolutivos.

Nesse desenho, os três pilares afetivos da guerra (segundo Keegan: o orgulho, a emoção e o instinto) não são opostos à racionalidade, ao contrário, são o próprio mecanismo de expressão da racionalidade. A oposição real se dá entre aquilo que é consciente e aquilo que é inconsciente, ambos podendo ser racionais.

Embora o instinto guerreiro não exista, a guerra mobiliza elementos etológicos reais e, ao intuir a existência de uma comunhão humana em torno da violência, Keegan abre espaço para o estudo da interação entre o inconsciente coletivo evolucionário (JUNG, 2015) e as culturas específicas.

Assim, a investigação do esgotamento da sociabilidade e a incapacidade de lidar com o outro a partir dos freios etológicos prossociais nos coloca diante de um problema que se manifesta simultaneamente como a racionalidade da guerra clausewitziana e a origem arcaica keeganiana.

Considerações finais

Aquilo que Keegan apresentou como “cultura guerreira” não se baseia em uma etologia guerreira (objeto inexistente), mas expressa uma realidade comum à humanidade porque encontra-se baseada na cognição metarrepresentacional atuante sobre um conjunto de práticas sociais universalmente comuns (como a proximidade familiar e da comunidade imediata) que fornecem substrato simbólico para a “cultura guerreira”, transformando-a quase em uma homoplasia (desenvolvimento paralelo) entre sociedades as mais diversas.

É nesse sentido que a dualidade fundamental (e etológica) entre *ingroup* e *outgroup* ganha escala a partir da metarrepresentação humana e organiza os complexos ativados pela guerra mesmo que não haja a etologia guerreira em si.

Referências bibliográficas

AIELLO, Leslie; DUNBAR, Robin. Neocortex size, group size, and the evolution of language. *Current Anthropology*, v. 34, n. 2, 1993, p. 184-193. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2743982>. Acesso em: 01 jul.2018.

AURELI, Fillipo et al. Fission-fusion dynamics: new research frameworks. *Current Anthropology*, v. 49, n. 4, 2008, p. 627-654. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/586708>. Acesso em: 01 jul.2018.

BASSFORD, Christopher. John Keegan and the grand tradition of trashing Clausewitz: a polemic. *War in History*, v. 1, n. 3, 1994, p. 319–336. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/096834459400100305>. Acesso em: 01 jul.2018.

FERGUSON, Christopher; BEAVER, Kevin. Natural born killers: the genetic origins of extreme violence. *Aggression and Violent Behavior*, v. 14, n. 5, p. 286-294. 2009. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1359178909000354>. Acesso em: 01 jul.2018.

FOLEY, Robert. *Os humanos antes da humanidade: uma perspectiva evolucionista*. São Paulo: UNESP, 2003.

GRAY, Colin. Clausewitz rules, OK? The future is the past - with GPS. *Review of International Studies*, v. 25, n. 5, 1999, p. 161-182. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20097644>. Acesso em: 01 jul.2018.

HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: uma breve história da humanidade*. Porto Alegre: L&PM, 2015.

HERBERG-ROTHER, Andreas. Primacy of “politics” or “culture” over war in a modern world: Clausewitz needs a sophisticated interpretation. *Defense Analysis*, v. 17, n. 2, 2001, p. 175–186. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/07430170120064249>. Acesso em: 01 jul.2018.

JUNG, Carl Gustav. *O Eu e o Inconsciente*. Petrópolis: Vozes. 2015.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KEELEY, Lawrence. *War before civilization: the myth of the peaceful savage*. Oxford: Oxford University Press. 1996.

MITHEN, Steven. *A pré-história da mente: uma busca das origens da arte, da religião e da ciência*. São Paulo: UNESP. 2002

NORDHAUSEN, Mônica; OLIVEIRA Filho, Paulo. Nós, primatas. In: NEVES, Walter et al (Org.). *Assim caminhou a humanidade*. São Paulo: Palas Athena, 2015, p. 14-47.

ROSCOE, P. Intelligence, coalitional killing, and the antecedents of war. *American Anthropologist*, v. 109, n. 3, 2007, p. 485-495. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4496722>. Acesso em: 01 jul.2018.

SHULTZ, Susanne; OPIE, Christopher; ATKINSON, Quentin. Stepwise evolution of stable sociality in primates. *Nature*, v. 479, n. 7372, 2011, p. 219-222. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/nature10601>. Acesso em: 01 jul.2018

STEVENS, Anthony. *Archetype revisited: an updated natural history of the Self*. Londres: Routledge. 2002.

WRANGHAM, Richard; PETERSON, Dale. *Demonic males: apes and the origins of human violence*. Boston: Mariner. 1996.